

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	13
1. LEITURA NORMATIVA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	31
1.1. Constituição Federal	31
1.1.1. Processo do trabalho antidiscriminatório	33
1.1.2. Racismo ambiental	34
1.1.3. <i>Transconstitucionalismo</i> e o novo constitucionalismo latino-americano.....	35
1.2. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	36
1.3. Código de Processo Civil (CPC)	38
1.3.1. Teoria dos precedentes	39
1.3.2. Cooperação judiciária.....	42
1.3.3. Negócio jurídico processual	44
1.4. Direito Internacional e Direito Comparado	45
1.4.1. Recomendação nº 123 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Controle de Convencionalidade em Sentença)	48
1.4.2. Condenações sofridas pelo Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)	49
1.5. Ação civil pública e ação civil coletiva	49
1.6. Resolução nº 492 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero)	50
1.7. Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU	51
1.8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.....	52
1.9. Instrução Normativa nº 39 do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	54
1.10. Instrução Normativa nº 41 do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	54
1.11. Núcleo de Justiça 4.0.....	54
1.12. Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva	55

1.13.	Resolução nº 288/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT (Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSCs-JT).....	55
1.14.	Audiência Pública	56
1.15.	Inteligência Artificial	56
1.15.1.	Chat-JT	57
1.15.2.	Resoluções nº 332/2020 e nº 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (inteligência artificial no Poder Judiciário)	57
1.16.	Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho – RITST	57
1.17.	Instrução Normativa nº 40 do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	58
1.18.	Lei Maria da Penha.....	61
2.	ESTRUTURANTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	65
2.1.	Conceito do Direito Processual do Trabalho	65
2.1.1.	Natureza jurídica do Direito Processual do Trabalho.....	66
2.2.	Objeto tutelado pelo Direito Processual do Trabalho	66
2.3.	Objetivo do Direito Processual do Trabalho.....	68
2.4.	Métodos de resolução de conflitos trabalhistas.....	70
2.4.1.	Sistema de Justiça Trabalhista e Judicialização Trabalhista	70
2.4.2.	Autotutela	71
2.4.3.	Autocomposição.....	71
2.4.3.1.	Autocomposição direta.....	72
2.4.3.1.1.	Jurisdição voluntária trabalhista para homologação de acordo extrajudicial	73
2.4.3.1.2.	Acordo coletivo	77
2.4.3.1.3.	Convenção coletiva	77
2.4.3.1.4.	Comissão de Conciliação Prévia (CCP).....	78
2.4.3.1.5.	Quitação Anual.....	79
2.4.3.2.	Autocomposição indireta	79
2.4.3.2.1.	Mediação e Conciliação.....	79
2.4.4.	Heterocomposição	83
2.4.4.1.	Arbitragem.....	84
2.4.4.2.	Jurisdição.....	84
2.5.	Jurisdição trabalhista	85
2.6.	Ação.....	85
2.7.	Ação trabalhista.....	86
2.8.	Condições da ação	88
2.8.1.	Interesse de agir.....	89

2.8.2.	Legitimidade	89
2.8.3.	Possibilidade jurídica do pedido.....	90
2.9.	Elementos da ação	91
2.9.1.	Partes	94
2.9.2.	Pedido	94
2.9.2.1.	Pedido alternativo	95
2.9.2.2.	Pedido subsidiário	96
2.9.2.3.	Cumulação de pedidos.....	96
2.9.2.4.	Pluralidade de credores e obrigação indivisível	96
2.9.2.5.	Pedidos de exibição de documentos	96
2.9.2.6.	Tutela provisória	97
2.9.2.6.1.	Tutela de urgência	98
2.9.2.6.2.	Tutela de evidência.....	103
2.9.3.	Causa de pedir	104
2.10.	Defesa.....	105
2.11.	Processo	106
2.11.1.	Teoria dos processos endoprocessuais.....	109
2.11.2.	Processo trabalhista	111
2.12.	Pressupostos processuais.....	111
2.12.1.	Pressupostos processuais subjetivos.....	112
2.12.1.1.	Investidura.....	112
2.12.1.2.	Imparcialidade.....	112
2.12.1.3.	Capacidade de ser parte.....	113
2.12.1.4.	Capacidade de estar em juízo	113
2.12.1.4.1.	Capacidade de estar em juízo dos vulneráveis.....	114
2.12.1.5.	Capacidade postulatória	115
2.12.1.5.1.	<i>Jus postulandi</i>	115
2.12.1.5.2.	Da representação e do substabelecimento...	116
2.12.2.	Pressupostos processuais objetivos	116
2.12.2.1.	Pressupostos processuais objetivos exógenos	117
2.12.2.2.	Pressupostos processuais objetivos endógenos	117
2.12.2.2.1.	Demanda	117
2.12.2.2.2.	Petição inicial apta	118
2.12.2.2.3.	Citação válida.....	118
2.12.2.2.4.	Regularidade formal	119
2.13.	Decadência e prescrição	120
2.13.1.	Decadência no processo do trabalho	120

2.13.2.	Prescrição no processo do trabalho.....	121
2.13.2.1.	Prescrição nas ações de trabalhador menor de 18 anos...	122
2.13.2.2.	Prescrição nas ações ajuizadas pelo herdeiro do trabalhador falecido para pleitear direitos trabalhistas do <i>de cujus</i> em ação acidentária trabalhista e na ação acidentária em ricochete trabalhista.....	123
2.13.2.3.	Prescrição nas ações acidentárias trabalhistas	123
2.13.2.4.	Não prescrição em trabalho análogo ao de escravo	123
2.13.2.5.	Não prescrição para os trabalhadores indígenas, ribeirinhos e imigrantes	124
2.13.2.6.	Não prescrição para os trabalhadores vítimas de guerra	124
3.	SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	125
3.1.	Introdução.....	125
3.2.	Suspensão	125
3.2.1.	Hipóteses suspensivas no Código de Processo Civil (CPC)	125
3.2.2.	Hipóteses suspensivas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	126
3.3.	Extinção do processo.....	126
3.3.1.	Sentença definitiva	127
3.3.2.	Sentença terminativa	127
4.	PARTES	129
4.1.	Introdução.....	129
4.2.	Da legitimidade ordinária	130
4.2.1.	Legitimidade ordinária ativa e passiva	130
4.2.2.	Legitimidade extraordinária ativa e passiva.....	133
4.3.	Sucessão processual.....	134
5.	LITISCONSÓRCIO	137
5.1.	Introdução.....	137
5.2.	Litisconsórcio ativo, passivo e misto	138
5.3.	Litisconsórcio inicial e posterior	139
5.4.	Litisconsórcio facultativo e necessário.....	139
5.5.	Litisconsórcio simples e unitário	140
5.6.	Sentença litisconsorcial	140
5.7.	Cômputo do prazo processual	141

6. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT)	143
6.1. Conceito, normatização e composição	143
6.2. Organização do Ministério Público do Trabalho	145
6.2.1. Coordenadorias do Ministério Público do Trabalho	146
7. ATOS PROCESSUAIS	147
7.1. Introdução	147
7.1.1. Resolução nº 569/2024 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (contagem dos prazos no Domicílio Judicial Eletrônico ou no Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN)	149
7.2. Atos das partes	151
7.3. Atos dos magistrados	153
8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	155
8.1. Introdução	155
8.2. Assistência	155
8.2.1. Assistência no processo do trabalho	156
8.2.1.1. Os poderes do Ministério Público do Trabalho (MPT) na condição de assistente litisconsorcial	158
8.3. Denúnciação da lide	158
8.3.1. Denúnciação da lide no processo do trabalho	159
8.4. Chamamento ao processo	160
8.4.1. Chamamento ao processo no processo do trabalho	160
8.5. Incidente de desconconsideração de personalidade jurídica – IDPJ	161
8.5.1. Incidente de desconconsideração de personalidade jurídica (IDPJ) no processo do trabalho	162
8.6. Amicus Curiae	163
8.6.1. Amicus curiae no processo do trabalho	164
9. GRATUIDADE DE JUSTIÇA E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO PROCESSO DO TRABALHO	167
9.1. Introdução	167
9.2. Gratuidade de justiça no processo do trabalho	167
9.3. Assistência judiciária gratuita no processo do trabalho	169
10. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HONORÁRIOS PERICIAIS E HONORÁRIOS DO INTÉRPRETE NA JUSTIÇA DO TRABALHO	171
10.1. Introdução	171
10.2. Honorários advocatícios sucumbenciais	171

10.3.	Honorários advocatícios contratuais.....	172
10.4.	Honorários periciais.....	173
10.5.	Honorários do intérprete e do tradutor.....	173
11.	ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	175
12.	PRINCÍPIOS NO DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA.....	177
12.1.	Princípios processuais constitucionais	178
12.1.1.	Dignidade da pessoa humana.....	178
12.1.2.	Devido processo legal	181
12.1.3.	Contraditório e ampla defesa.....	183
12.1.4.	Juiz e promotor natural.....	185
12.1.5.	Igualdade	185
12.1.6.	Acesso à justiça	187
12.1.7.	Duplo grau de jurisdição	189
12.1.8.	Motivação das decisões judiciais	189
12.1.9.	Vedação da prova ilícita.....	190
12.1.10.	Publicidade	190
12.1.11.	Duração razoável do processo.....	191
12.1.12.	Eficiência	192
12.1.13.	Boa-fé processual	193
12.1.14.	Segurança jurídica.....	193
12.1.15.	Hierarquia jurisdicional.....	194
12.1.16.	Dialeticidade	194
12.1.17.	Tutela socioambiental	195
12.1.18.	<i>Pro actione</i>	196
12.1.19.	Princípio da juridicidade.....	196
12.2.	Princípios processuais trabalhistas.....	197
12.2.1.	Proteção	198
12.2.2.	Celeridade.....	199
12.2.3.	Simplicidade	199
12.2.4.	Supletividade e subsidiariedade.....	200
12.2.5.	Informalidade.....	201
12.2.6.	Conciliação	201
12.2.7.	Oralidade	202
12.2.8.	Normatização coletiva	203
12.2.9.	Justiça climática trabalhista.....	203

12.2.10.	Primazia da realidade sobre a forma.....	211
12.3.	Princípios processuais cíveis	212
12.3.1.	Inércia da jurisdição	212
12.3.2.	Impulso oficial.....	212
12.3.3.	Disponibilidade	213
12.3.4.	Instrumentalidade das formas.....	213
12.3.5.	Cooperação	214
12.3.6.	Observância da ordem cronológica das decisões	215
12.3.7.	Ampla devolutividade	216
12.3.8.	Livre convencimento do juiz	216
12.3.9.	Primazia da decisão de mérito	217
13.	COMPETÊNCIA TRABALHISTA.....	219
13.1.	Conceito	219
13.1.1.	Competência por distribuição.....	220
13.1.2.	Perpetuação da jurisdição trabalhista	220
13.2.	Classificações de competência.....	221
13.3.	Critérios da competência	222
13.3.1.	Competência absoluta	222
13.3.1.1.	Competência material trabalhista	223
13.3.1.1.1.	As ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	224
13.3.1.1.2.	Iniciativa privada	227
13.3.1.1.3.	Ações que envolvam exercício do direito de greve	238
13.3.1.1.4.	Ações sobre representação sindical, entre Sindicatos, entre Sindicatos e trabalhadores e entre Sindicatos e empregadores	240
13.3.1.1.5.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição....	240
13.3.1.1.6.	Conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, da Constituição Federal.....	244

13.3.1.1.7.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho	245
13.3.1.1.8.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho	268
13.3.1.1.9.	Execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.....	269
13.3.1.1.10.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei	269
13.3.1.2.	Competência trabalhista em razão da pessoa	270
13.3.1.3.	Competência funcional trabalhista	270
13.3.2.	Competência relativa trabalhista	270
13.3.2.1.	Competência territorial trabalhista	271
13.3.3.	Competência trabalhista em razão do valor da causa.....	272
13.4.	Modificação da competência na Justiça do Trabalho	273
14.	PROCESSO INDIVIDUAL DO TRABALHO	275
14.1.	Procedimento especial individual.....	275
14.1.1.	Inquérito judicial para apuração de falta grave.....	275
14.1.2.	Jurisdição voluntária	276
14.1.3.	Ação de consignação em pagamento.....	278
14.1.4.	Ação rescisória	278
14.1.5.	Mandado de segurança (individual e coletivo).....	279
14.1.6.	<i>Habeas corpus</i>	280
14.1.7.	<i>Habeas data</i>	281
14.1.8.	Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)	281
14.1.9.	Incidente de recursos repetitivos (IRR).....	283
14.1.9.1.	Incidente de recursos de revista repetitivos (IRR) tradicional (exauriente) e incidente de recursos de revista repetitivos (IRR) instantâneo (simplificado)	284
14.1.10.	Incidente de assunção de competência (IAC).....	285
14.2.	Procedimento comum individual.....	287
14.2.1.	Rito sumário.....	287
14.2.2.	Rito sumaríssimo	288
14.2.3.	Rito ordinário.....	291
14.2.3.1.	Ajuizamento da ação trabalhista	291

14.2.3.2.	Petição inicial.....	292
14.2.3.3.	Custas judiciais.....	293
14.2.3.4.	Defesa trabalhista.....	294
14.2.3.4.1.	Contestação	295
14.2.3.4.2.	Reconvenção	297
14.2.3.5.	Réplica.....	298
14.2.3.6.	Desistência.....	298
14.2.3.7.	Decisões interlocutórias.....	299
14.2.3.7.1.	Protesto (efeito diferido) e recurso contra decisão definitiva	299
14.2.3.7.2.	Mandado de segurança	300
14.2.3.7.3.	Decisão interlocutória deferindo ou indeferindo pedido liminar (tutela provisória – urgência e evidência).....	301
14.2.3.7.4.	Recurso ordinário ou de revista imediato ...	301
14.2.3.7.5.	Agravo de petição.....	302
14.2.3.8.	Audiência.....	302
14.2.3.8.1.	Presença do magistrado	304
14.2.3.8.2.	Presença das partes.....	305
14.2.3.8.3.	Comparecimento das testemunhas	307
14.2.3.8.4.	Instrução	307
14.2.3.8.5.	Provas.....	310
15.	PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO	323
15.1.	Dissídio coletivo.....	323
15.1.1.	Dissídio coletivo de natureza econômica	326
15.1.2.	Dissídio coletivo de natureza jurídica	327
15.1.3.	Dissídio coletivo originário.....	327
15.1.4.	Dissídio coletivo de revisão.....	328
15.1.5.	Dissídio coletivo de declaração.....	328
15.2.	Ação de cumprimento.....	328
15.3.	Ação civil pública e ação civil coletiva	329
15.3.1.	Intercambialidade entre as normas coletivas da ação civil pública, da ação popular e da ação civil coletiva (microsistema legal da tutela coletiva).....	332
15.3.2.	Processo estrutural do trabalho.....	333
15.3.3.	Da ausência de legitimidade ativa na ação civil pública para tutela dos direitos individuais heterogêneos: a necessidade da devida leitura dos direitos individuais homogêneos.....	335

15.3.4.	Recuperação fluida (<i>fluid recovery</i>)	337
15.3.5.	Coisa julgada na ação civil coletiva	337
15.3.6.	Tutela inibitória e a multa <i>astreinte</i> na ação civil pública e na ação civil coletiva.....	338
15.3.7.	Ações coletivas passivas.....	339
16.	PROCESSO TRANSVERSAL DO TRABALHO	341
16.1.	Introdução	341
16.2.	Diferenciação entre processo individual do trabalho, processo coletivo do trabalho e processo transversal do trabalho	347
16.3.	Objeto do processo transversal do trabalho	350
16.4.	Normatização do processo transversal do trabalho	351
17.	RECURSOS TRABALHISTAS	355
17.1.	Efeitos recursais	356
17.1.1.	Efeito obstativo	356
17.1.2.	Efeito devolutivo	357
17.1.2.1.	Efeito devolutivo em profundidade	358
17.1.2.2.	Teoria da causa madura.....	359
17.1.2.2.1.	Omissão do julgado.....	360
17.1.2.2.2.	Modificação do julgado	360
17.1.3.	Efeito suspensivo	361
17.1.4.	Efeito translativo	361
17.1.5.	Efeito extensivo	362
17.1.6.	Efeito regressivo	362
17.1.7.	Efeito substitutivo	362
17.1.8.	Efeito diferido	363
17.2.	Remessa necessária.....	363
17.3.	Pressupostos recursais	364
17.3.1.	Pressupostos recursais intrínsecos.....	365
17.3.1.1.	Cabimento.....	365
17.3.1.2.	Legitimidade.....	365
17.3.1.3.	Interesse recursal	366
17.3.2.	Pressupostos recursais extrínsecos	367
17.3.2.1.	Tempestividade.....	367
17.3.2.2.	Representação recursal	367
17.3.2.3.	Preparo.....	368
17.3.2.3.1.	Custas	369

17.3.2.3.2.	Depósito recursal	369
17.3.2.4.	Regularidade formal.....	371
17.3.2.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	371
17.4.	Contrarrazões.....	372
17.5.	Recurso adesivo	372
17.6.	Juízo de admissibilidade.....	373
17.6.1.	Primeiro juízo de admissibilidade.....	374
17.6.2.	Segundo juízo de admissibilidade.....	375
17.7.	Espécies de recursos	375
17.7.1.	Recurso ordinário.....	376
17.7.1.1.	Recurso ordinário das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos	377
17.7.1.1.1.	Efeito devolutivo no recurso ordinário trabalhista de competência do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)	379
17.7.1.2.	Recurso ordinário das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), em processos de sua competência originária, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos	380
17.7.2.	Recurso de revista.....	382
17.7.2.1.	Divergência jurisprudencial	385
17.7.2.2.	Violação de lei federal ou da Constituição	387
17.7.2.3.	Recurso de revista no rito sumaríssimo	388
17.7.2.4.	Recurso de revista em execução de sentença e processo incidente de embargos de terceiro.....	388
17.7.2.5.	Recurso de revista nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	389
17.7.2.6.	Prequestionamento	389
17.7.2.7.	Transcendência	390
17.7.2.7.1.	Juízo de admissibilidade da transcendência	390
17.7.2.8.	Impossibilidade de recurso de revista em face de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento ...	392
17.7.3.	Embargos do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	393
17.7.3.1.	Embargos infringentes.....	394
17.7.3.2.	Embargos de divergência (para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho – SBDI-I do TST)	395

17.7.4.	Agravo	396
17.7.4.1.	Agravo de instrumento	397
17.7.4.1.1.	Agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso de competência do Tribunal Regional do Trabalho – TRT	398
17.7.4.1.2.	Agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho – TST	399
17.7.4.2.	Agravo de petição	400
17.7.4.3.	Agravo interno/regimental	401
17.7.5.	Embargos declaratórios	402
18.	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	405
18.1.	Recurso extraordinário	405
18.1.1.	Fixação do Tema	409
18.2.	Reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal – STF	409
18.3.	Reclamação constitucional no Tribunal Superior do Trabalho – TST	414
19.	COISA JULGADA	417
19.1.	Trânsito em julgado e coisa julgada	417
19.2.	Coisa julgada formal	418
19.3.	Coisa julgada material	418
19.4.	Coisa julgada parcial e coisa julgada total	419
19.5.	Limites da coisa julgada material	420
19.5.1.	Limites objetivos	420
19.5.2.	Limites subjetivos	421
20.	EXECUÇÃO TRABALHISTA	423
20.1.	Introdução	423
20.2.	Correção monetária e juros na Justiça do Trabalho	424
20.3.	Execução de título executivo judicial	425
20.3.1.	Liquidação	426
20.3.1.1.	Liquidação por cálculos	427
20.3.1.2.	Liquidação por arbitramento	428
20.3.1.3.	Liquidação por artigos (procedimento comum)	429
20.3.1.4.	Sentença de liquidação	430
20.3.2.	Mandado de citação, penhora e avaliação	430
20.3.3.	Convênios da Justiça do Trabalho para penhora <i>on-line</i> e imediata em dinheiro ou pesquisa acerca de outros bens do executado	432

20.3.4.	Embargos à execução	433
20.3.5.	Impugnação do exequente	434
20.3.6.	Sentença dos embargos à execução e da impugnação do exequente	435
20.3.7.	Remição da execução	436
20.3.8.	Expropriação dos bens	437
20.3.8.1.	Adjudicação.....	437
20.3.8.2.	Alienação por iniciativa particular.....	437
20.3.8.3.	Alienação em leilão judicial eletrônico ou presencial	438
20.3.9.	Prescrição intercorrente	438
20.3.10.	Execução provisória	439
20.3.11.	Execução de título executivo extrajudicial	440
20.3.12.	Medidas executivas atípicas.....	441
20.3.13.	Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT)	442
20.3.14.	Execução contra a Fazenda Pública.....	442
20.3.14.1.	Requisição de pequeno valor (RPV)	444
20.3.14.2.	Precatórios	444
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		449